



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2022

Processo Licitatório nº: 30.307/2021

Processo de Recurso nº: 25.306/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2022

OBJETO: Aquisição de EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES para atender às necessidades das Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família, CAPS e Hospital Municipal Raul Sertã.

RECORRENTE: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI

RECORRIDO: PREGOEIRO

01. Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 129/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

03. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

04. Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 129/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

05. Às 10:00 horas do dia 10 de agosto de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 30.307/2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00129/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, para atender às necessidades das Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família, CAPS e Hospital Municipal Raul Sertã conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

06. Às 16:08 do dia 13/09/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 20.1 do Edital nº 129/2022;



Comissão de Pregão II

07. Foram registradas duas intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

08. As empresas:

08.1. ALP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA registrou apenas a intenção de recurso para o item 7 – recurso esse que foi aceito pelo pregoeiro - não apresentando os fundamentos através de peça recursal, conforme informado na ATA às fls 1396 do P.A 30.307/2021.

08.2. BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI apresentou (conforme informado na ATA às fls 1423) a intenção de recurso para o item 17 - recurso esse que foi aceito pelo pregoeiro – além da empresa ter enviado a peça recursal explanando sua motivação, conforme fls 03 a 06 do presente processo.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE - BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI

09. Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A impugnante sucintamente alega, que *"é importante destacar o equipamento ofertado pela empresa C. E. CARVALHO – COMERCIAL, marca CONTEC, modelo ECG300G, não contempla 12 canais, senão vejamos o link a seguir o qual comprova o número de canais do equipamento, diferente do que exige o edital, conforme supra demonstrado"*

Afirma que as empresas M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA,



Comissão de Pregão II

ofertaram marca COMEN, modelo CM300, ou seja, tal modelo TAMBÉM não contempla os 12 canais exigidos pelo edital"

A empresa alega também que "Assim, resta comprovado que os equipamentos ofertados pelas empresas C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA estão fora dos limites das especificações mínimas solicitadas, pois não possuem os 12 canais exigidos pelo edital, tornando suas propostas inválidas para o presente certame, e que se forem contempladas estarão prejudicando o melhor interesse público em detrimento do particular"

A empresa finaliza solicitando que "Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação da licitante arrematante do item 17, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido" e "Portanto, os equipamentos apresentados pelas empresas C. E. CARVALHO – COMERCIAL, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA não atendem as especificações editalícias, assim, merece a desclassificação."

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

10. Requer a RECORRENTE:

a) "Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação da licitante arrematante do item 17, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido" e "Portanto, os equipamentos apresentados pelas empresas C. E. CARVALHO –



Comissão de Pregão II

COMERCIAL, M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e VALE SUL FLUMINENSE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA não atendem as especificações editalícias, assim, merece a desclassificação;

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

11. Não houve manifestação em sede de contrarrazão.

IV. DA ANÁLISE

12. Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

13. Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da



Comissão de Pregão II

vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

14. Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI.

15. Quanto a alegação que **"é importante destacar o equipamento ofertado pela empresa C. E. CARVALHO – COMERCIAL, marca CONTEC, modelo ECG300G, não contempla 12 canais"**, informa-se que:

Inicialmente cumpre destacar que, por se tratar de questões técnicas, este pregoeiro diligenciou junto ao setor técnico requisitante, conforme dispõe o item 26.5 do edital.

16. Em diligência à Pasta Requisitante, conforme documento de resposta constante dos autos do P.A 25.306/2022, a Secretaria de Saúde informou que, em consulta setor de Engenharia Clínica da Subsecretaria de Atenção Hospitalar, o equipamento ofertado atende ao descritivo do certame (item 17).

17. *Portanto, diante da complexidade do objeto, além do elevado grau de expertise no assunto, demandado dos responsáveis pela área técnica requisitante, a resposta apresentada pela Secretaria de Saúde, detentora da expertise necessária pela escolha dos equipamentos a serem adquiridos, torna-se essencial para decisão deste pregoeiro.*

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

18. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico



Comissão de Pregão II

n.º 129/2022, e no mérito, NEGO PROVIMENTO, mantendo como vencedora do **Item 17** a empresa C. E. CARVALHO – COMERCIAL no Pregão em comento.

19. Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 129/2022.

20. Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 26 de outubro de 2022.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870